

Estratégia de Desenvolvimento Local 2030 – O Local + Próximo

NOME BENEFICIÁRIO	MONTE– Desenvolvimento Alentejo Central, ACE
NIFAP	7164236
DESIGNAÇÃO	EDL 2030 – O Local + Próximo
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparac�o e reforço das capacidades, forma�o e liga�o em rede dos GAL

1. A Estratégia de Desenvolvimento Local – EDL 2030 – O Local + Próximo liga-se aos princípios da Abordagem LEADER. A afirma o da proximidade   uma forma de defender os princípios da referida abordagem. Trata-se de um princípio que consiste em considerar que, dada a diversidade das zonas rurais, as estratégias de desenvolvimento são mais eficazes se forem decididas e implementadas a nível local pelos agentes locais. A proximidade  , pois, um fator chave na abordagem ascendente em que assenta o LEADER.   ao nível local que por um lado são identificadas as potencialidades e constrangimentos e, por outro, executadas as estratégias de desenvolvimento. A constru o da EDL baseou-se na participa o 161 agentes do Território de Intervenc o (TI) em 28 iniciativas de trabalho, e que reuniu 282 pessoas, conforme documento anexo   presente candidatura.

2. Caracteriza o do território

O território de interven o do GAL Alentejo Central, corresponde ao da interven o da entidade gestora Monte, desde 1996. O TI compreende 51 freguesias de 10 dos 14 concelhos do Distrito de  vora. Ocupa uma área de 5.675,5 km² e nele residem 133.352 habitantes. Corresponde a uma vasta área que se estende da fronteira com Espanha   Península de Setúbal e que evidencia características físicas semelhantes. Inclui todas as freguesias dos concelhos de Arraiolos, Alandroal, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, com exce o das freguesias do Escoural e São Cristóvão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa.

o de Intervenc�o	�rea (km ²)	Popula�o (censos 2021)
as Rurais	5.563,4	89.713
as Urbanas	112,1	43.639
	5.675,5	133.352

O TI caracteriza-se por património natural e cultural de elevado valor, marcado por importantes vestígios megal ticos, por elementos da cultura  rabe e romana que por aqui deixaram seus testemunhos, de que o património da Cidade de  vora, classificado em 1986, como património da humanidade pela Unesco  , porventura, o elemento identitário mais forte do TI. Ao longo de múltiplas gera es, a intera o do Homem com o território resultou em paisagens com identidade própria, traduzidas em sistemas de explora o adaptados às condi es edafoclimáticas e consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental e socioecon mico. Exemplo paradigmático dessas paisagens   o montado, o qual se constitui como um dos elementos importantes da paisagem europeia, de maior biodiversidade, e em particular, um espaço emblemático dos sistemas naturais e culturais mediterrânicos. Em termos representativos a popula o do TI, representa 87,5% da popula o residente (censos 2021) na NUT III Alentejo Central e 18,9 % da NUT II Alentejo; em termos territoriais o TI representa 74,6% e 17,1% da área das NUT III e NUT II, respetivamente. O TI proposto regista homogeneidade física e características humanas semelhantes. Por outro lado, apresenta coerência e coesão administrativa, resultante da integra o praticamente integral de 10 Concelhos, enquadrados num único distrito, o de  vora. Desta coesão resulta um trabalho mais eficiente e complementar considerando uma maior integra o na interven o dos diferentes agentes

e organizações do território com as comunidades e interesses locais. Há assim uma forte articulação de trabalho e das linhas de intervenção de cada um dos agentes, potenciando os resultados que se querem alcançar. O TI apresenta ainda uma estabilidade interessante, decorrente da experiência de ciclos anteriores onde as comunidades locais já promoveram abordagens integradas, considerando que há pelo menos 27 anos consecutivos tem acolhido as sucessivas iniciativas de desenvolvimento local, LEADER II, Leader +, SP 3 PRODER e DLBC/Medida Leader. A definição e os limites do TI foram definidos em 1996 exatamente, no ano em que foi criado o MONTE, ACE, e desde aí que estão estabilizados. Esta situação tem concorrido favoravelmente para o desenvolvimento das comunidades e para o conhecimento das diferentes organizações da região e respetivas dinâmicas. Tem igualmente favorecido a divulgação das medidas das várias gerações de programas de desenvolvimento local o que constitui um mecanismo importante para a implementação e execução dos programas. O TI integra 3 freguesias urbanas do Distrito de Évora uma vez que já integravam o TI no DLBC/Abordagem Leader e dada a sua importância para a dinamização de circuitos curtos de comercialização.

3. Caracterização da Parceria e modelo de funcionamento

O GAL Alentejo Central é uma parceria sem personalidade jurídica. A constituição do GAL Alentejo Central resulta de um processo de reflexão e de alargamento do Conselho de Cooperação (CC), órgão social do MONTE que desde a sua criação, tem sido chamado a pronunciar-se sobre as sucessivas iniciativas de promoção e gestão da Iniciativa Comunitária LEADER e mais recentemente do SP 3 PRODER/Abordagem LEADER e DLBC/Medida LEADER. O MONTE – Desenvolvimento Alentejo Central, ACE tem a forma jurídica de Agrupamento Complementar de Empresas e é composto por 4 Associações de Desenvolvimento Local (ADL): a Aliende, a ADIM, a ADMC, e a Trilho. A dinamização do CC alargou a outras organizações relevantes na região, a reflexão sobre a intervenção do Monte e sobre as iniciativas e políticas públicas para o desenvolvimento local. A constituição da Parceria Alentejo Central como GAL, foi um processo que extravasou as fronteiras do CC e aprofundou a articulação do MONTE com diferentes organizações da região; o GAL representa a diversidade sectorial do território e concorre para uma valorização da iniciativa de cada uma destas organizações, de per si. O GAL Alentejo Central, está fundado em mecanismos de participação que asseguram alianças para alcançar os interesses coletivos do território e respetivas comunidades; ao princípio da união junta-se a pluralidade nas perspetivas e competências. O processo de renovação da parceria territorial, operou-se a par da preparação EDL que teve início em Outubro de 2022, no âmbito da elaboração de diagnósticos sectoriais. Desde essa data, foram percorridas várias etapas conforme se apresenta no Ponto 6 do presente documento, que culminaram com a apresentação da EDL e Assinatura do Acordo de Parceria Territorial Alentejo Central [2023 - 2027] – Formalização do GAL Alentejo Central. Apresentação das linhas estratégicas da EDL assentes no desenvolvimento dos trabalhos das 4 sessões temáticas; identificação das sinergias e alinhamento com o POR Alentejo 2020 e Plano de Ação da CIM Alentejo Central; e lançamento do processo de reflexão sobre o modelo de governação da parceria. A consolidação da parceria e a preparação da EDL foi um processo dinâmico. Como evidenciam as etapas apresentadas anteriormente, a parceria foi acolhendo mais entidades e também o processo de elaboração da proposta de EDL, foi acompanhado pela discussão dos instrumentos de estratégia regional e sub-regional. Com efeito, a leitura deste processo deverá também ter presente que muitas das entidades do GAL Alentejo Central [2023-2027] também participaram na discussão e construção do POR Alentejo 2030 e da EIDT da CIM-Alentejo Central. O Monte, na qualidade de EG do GAL Alentejo Central, é uma organização cuja génese assenta na gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local; com efeito, o MONTE foi criado para responder à dinamização do PIC LEADER II, sendo-lhe reconhecido capacidade organizacional, técnica e financeira para a gestão de uma parte da subvenção local LEADER. O processo viria a repetir-se no quadro da IC LEADER + e posteriormente no concurso público aberto para reconhecimento do GAL e ELD para a Gestão do SP 3 do PRODER e gestão da medida LEADER no âmbito do DLBC. Estas iniciativas representaram 1113 projetos e uma despesa pública superior 30 milhões de €, que alavancaram investimento na região superior a 64 milhões de euros e a criação de 609 postos de trabalho.

O modelo de organização do GAL Alentejo Central assenta num Regulamento de Funcionamento desenhado para o período de programação atual e que foi, entretanto, revisto, com o qual se pretende incentivar a participação dos parceiros e o acompanhamento da dinâmica de execução da EDL. Neste assume particular relevância o funcionamento do Órgão de Gestão; atualmente é composto por 7 entidades a saber: Entidade Regional de Turismo (ERT), Núcleo Empresarial da Região Alentejo (NERE), Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC), Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Novo (LPMA), Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro (SCMV), Universidade de Évora (U.E.) e MONTE, ACE na qualidade de Entidade Gestora. Este Órgão assume um lugar privilegiado no acompanhamento à dinâmica de execução da EDL, sendo chamado a intervir para a definição dos Avisos de Abertura das candidaturas, definição da despesa pública a concurso e prazo de abertura dos avisos, além de ser responsável pelas propostas de aprovação e exclusão dos pedidos de apoio. Reúne regularmente e à medida da dinâmica de execução da EDL, tendo no período atual e até à presente data, realizado 43 sessões.

4. Diagnóstico

i. População. O Território de Intervenção (TI) do GAL Alentejo Central insere-se, na sua totalidade, na NUT III Alentejo Central, sendo composto por 51 freguesias de 10 dos 14 concelhos da região, nomeadamente: Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo (exceto as freguesias de Escoural e São Cristóvão), Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa. É um território predominantemente rural, ocupando um total de 5.563 km², correspondendo a cerca de 75% da área da NUT III Alentejo Central, bem como a cerca de 17% da área total da NUT II Alentejo. De acordo com os Censos de 2021, a população total residente no território era de 133.352 habitantes correspondendo a 87% da população residente na NUT III Alentejo Central (152.444 habitantes) e a 19% da população da NUT II Alentejo (704.533 habitantes), o que resulta numa densidade populacional, no TI, de 23,5 hab./km², superior à NUT III Alentejo Central (21 hab./km²) e à NUT II Alentejo (22 hab./km²), valores, no entanto, bastante inferiores à média nacional de 112 hab./Km². O envelhecimento populacional é uma realidade, tanto no TI, como no país, no entanto, é na NUT II Alentejo que tem uma maior incidência. De acordo com os Censos de 2021, o Índice de Envelhecimento da NUT II Alentejo situou-se em 218,57, um aumento de 22,4% em relação a 2011, sendo o fenómeno mais agravado na NUT III Alentejo Central, com um Índice de Envelhecimento de 224,02 no ano de 2021. Os movimentos de êxodo rural, o saldo natural negativo e a dificuldade de atrair novos residente, são os principais fatores que contribuem para este processo. Todavia em razão do investimento público nomeadamente ligado à construção do novo hospital central do Alentejo, é de perspetivar a fixação de profissionais de saúde mais qualificados. Trata-se de uma oportunidade a que acresce outros processos como sejam a descentralização e territorialização de políticas públicas que concorrem para uma oferta de emprego ligada à administração pública, bem como a diversificação da oferta das indústrias do turismo e criativas ligadas a Évora Capital Europeia de Cultura 2027 e a oferta de diplomas da Universidade de Évora. A consolidação da indústria aeronáutica favorece também a fixação de novos residentes, em particular junto dos profissionais mais jovens.

ii. Economia e Emprego. O enquadramento geográfico do Alentejo Central, enquanto integrante do eixo Lisboa-Madrid, promove um conjunto de características geoestratégicas potenciadores de dinâmicas económicas, a que se conjugam fatores como o aumento da qualificação da população que se refletem na dimensão da população ativa da região, sendo que, no caso da NUT III Alentejo Central, é demonstrada por uma taxa de atividade de 45,4 %, idêntica à registada em 2011 (POR DATA). Relativamente à taxa de desemprego, verifica-se uma redução, face a 2011, em todos os concelhos, fixando-se a Taxa de Desemprego do TI em 6,10%, inferior à da NUT II Alentejo (8.90%) e de Portugal (8,13). Em termos de análise dos dados desemprego, é possível verificar que, tal como em 2011, o desemprego feminino é o mais atingido, sendo a Taxa de Desemprego Feminino inferior à Masculina apenas no concelho de Évora. Relativamente à população empregada por setor de atividade que a maioria da população da NUT III Alentejo Central se encontra empregada no Setor Terciário, nomeadamente 70%, dos quais 37% no Setor Terciário Social e 33% no Setor Terciário

Comercial, representando um aumento de peso do setor de 6%, em relação a 2011. Em termos de situação a nível concelhio, a totalidade dos concelhos que compõem o TI têm a maioria da população empregada no setor terciário, sendo a sua maior expressão em Évora (68%) e Estremoz (71%), realçando-se que, em alguns concelhos, a população empregada no setor decresceu, com maior enfase no de Vendas Novas (-2%).

Por sua vez, em todos os concelhos do TI, com exceção de Alandroal e Montemor-o-Novo, aumentou a população empregada, em proporção, no setor primário, sendo mais vincado o aumento nos concelhos de Borba, Reguengos de Monsaraz e Vila Viçosa, com um aumento de 2%, face a 2011. Esta situação representa uma reversão da tendência verificada nas últimas décadas, havendo também a realçar a redução da população empregada, em proporção, no setor secundário, em vários concelhos, nomeadamente Alandroal (-4%), Arraiolos (-3%) e Vila Viçosa (-3%).

Estes aspetos evidenciam dinâmicas produtivas emergentes ou em consolidação ligadas aos ativos territoriais e ambientais que constituem amenidades como sejam a cultura e património, um sistema multifuncional agro-silvo-pastoril do montado com enorme potencial de contrariar processos mais acelerados de desertificação de solos, de perda de biodiversidade e de abandono demográfico. Para a terciarização do aparelho produtivo contribuem vários fatores de que se destaca a afirmação do destino turístico do Alentejo baseado na diversificação estratégica e robustecimento de produtos turísticos diferenciadores (enoturismo, gastronomia, cultural, de natureza, entre outros) e no crescimento sustentado da oferta de alojamento turístico. O aumento do emprego no setor primário evidencia a importância da indústria extrativa na designada zona dos mármore (Estremoz, Borba e Vila Viçosa) no TI, mas também da indústria transformadora e das indústrias agroalimentares, aeronáutica e eletrotécnica. No que diz respeito às oportunidades devem ser salientadas as que decorrem do crescimento do sistema regional de transferência de tecnologia alicerçado na Universidade de Évora e no Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo (PACT). A NUTS III Alentejo Central, no qual se inclui o TI, registou nos últimos anos um PIBpc cerca de 13% inferior ao registado no país. No contexto nacional, o contributo do Alentejo para a produção de riqueza é relativamente modesto: com efeito, a região representa somente 6,6% do PIB português no ano de 2020; neste o Alentejo Central contribui com cerca de 21%. “A Região apresenta uma dinâmica produtiva agrícola e industrial expressiva (quando comparada com a estrutura produtiva nacional) e que assenta no aproveitamento de condições naturais propícias a atividades económicas diversificadas, com destaque para as atividades agrícolas, agroindustriais, pecuárias e florestais, atividades associadas à exploração de recursos geológicos e minerais (pirites, mármore, granitos, xistos e águas, entre outros), assim como de um património natural, paisagístico e cultural classificado e potenciador de atividades turísticas”¹. Na indústria, identificam-se novas tendências como sejam a indústria de componentes para automóveis, a indústria de fabrico de componentes elétricos/eletrónicos e a indústria aeronáutica; os 3 sectores estão representados nos Concelhos de Évora e de Vendas Novas; além do sector primário, o perfil de especialização produtiva do Alentejo estrutura-se em torno dos serviços de carácter não transacionável (como educação, administração pública, saúde e ação social), evidenciando-se uma “sub-representação” dos serviços de apoio às atividades económicas; surgindo em muitos concelhos a Administração pública como o principal empregador.

A evolução da estrutura produtiva evidencia com efeito a terciarização da economia regional, traduzindo uma reduzida capacidade para gerar emprego, com índices de envelhecimento muito elevados. A estas dificuldades enfrentadas pelos empreendedores somam-se outras como a “dificuldade de articulação das estruturas de formação profissional com as empresas, a fragilidade do tecido empresarial (resultante essencialmente da pequena dimensão das empresas), a fraca capacidade e iniciativa empresarial e, por fim, a diminuta propensão para a internacionalização e inovação”.² Significa que a terciarização da economia da região está muito marcada pelo peso do produto dos serviços de carácter não transacionável na estrutura de formação do VAB, e não tanto

¹ Programa Operacional Regional do Alentejo 2030

² Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial – Alentejo Central 2020, CIMAC

pelos designados serviços superiores³, o que confirma a reduzida “densidade empresarial” da região e a escassez de serviços de suporte ao desenvolvimento e inovação do tecido económico.

iii. Recursos Naturais e culturais. O ecossistema do montado que caracteriza o TI constitui um importante ativo territorial. A sua preservação é fundamental para as atividades económicas que sustenta de que se destaca a pequena agricultura tradicional, as atividades de conservação do ecossistema, a pecuária, bem como os produtos derivados das cadeias de transformação agroalimentar. Também o complexo do Alqueva assume uma grande importância quer pelas atividades agrícolas que sustenta quer para afirmação de um destino turístico, sector com forte dinamização na região. A estes ativos físicos juntam-se os ativos culturais, materiais e imateriais do TI. Destaca-se o património megalítico com forte presença na região, bem como as expressões culturais associadas ao cante, classificado como património imaterial pela UNESCO bem como a Dieta mediterrânea que engloba outras regiões. O centro histórico da cidade de Évora também ele classificado como património mundial, exerce uma forte atração de visitantes pelo elevado e valioso complexo patrimonial. Mais recentemente a eleição de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027 constitui uma oportunidade relevante pelas possibilidades de sinergias criativas entre recursos e ativos públicos e privados, impulsionando uma das áreas de aposta da Estratégia de Especialização Inteligente Regional (EREI). Esta iniciativa representa um forte contributo para a coesão territorial e notoriedade do Alentejo Central e do TI, constitui um potencial de atração e fixação de recursos humanos qualificados, contribui para o robustecimento e capacitação de organizações culturais e cívicas do tecido artístico e cultural, além de que deixará sementes para a organização, qualificação e diversificação futura de práticas culturais no território.

iv. Produção, infraestruturas e serviços básicos. O setor agrícola e pecuário tem um papel importante no TI contabilizando-se, no mesmo, um total de 6.509 empresas (dados de 2019, POR DATA), representando um aumento, face a 2009, de 0,4%, o que, em linha com o aumento da população empregada no setor primário, reforça uma alteração de tendência face às décadas anteriores. Verifica-se que, quando comparados os dados de 2019 com 2009, existe uma redução das explorações com menos de 20 hectares e um aumento nas explorações com uma dimensão (em área) superior a 20 hectares, sendo o aumento das explorações agrícolas, verificado anteriormente, suportado por explorações de maior dimensão. Em termos totais, há uma prevalência das explorações com mais de 1 hectare e menos de 5 hectares, 2.329 explorações, e com mais de 50 hectares, 1.564 explorações. Relativamente à Superfície Agrícola do território, verifica-se que, em 2019, a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) correspondia, no TI, a 485.037 hectares, o que representa um aumento de 7% face a 2009. A pequena agricultura desempenha um papel importante na conservação da biodiversidade do ecossistema do montado. Todavia, está também associado o envelhecimento dos agricultores e o abandono da atividade. A par destes fenómenos, verifica-se um progressivo abandono das funções principais dos mercados municipais que dão lugar a um novo tipo de oferta caracterizada pela restauração e outros serviços de proximidade. Crescem, no entanto, os mercados locais criados em freguesias do TI bem como os circuitos curtos de comercialização com uma procura concelhia; estes representam uma oferta diversificada associada a jovens agricultores em novas instalações, produzindo frequentemente em sistemas de qualidade com prevalência para o modo de produção biológico.

Do ponto de vista das infraestruturas, redes e conectividade, o TI conheceu no período de programação 2020 prioridades negativas que enfraqueceram as relações dos centros urbanos com o seu hinterland, em perda social e económica. O sistema urbano regional caracteriza-se pela centralidade de Évora integrado num corredor rododiferroviário que liga o Porto de Sines, a área Metropolitana de Lisboa e Elvas/Espanha; neste corredor situam-se centros urbanos estruturantes do Alentejo Central: Vendas Novas, Montemor-o-Novo e Estremoz; a integração do sistema urbano no eixo norte sul faz-se por um corredor rodoviário que liga Évora a Portalegre e a Beja.

³ MONTE - Candidatura ao DLBC/Abordagem Leader, 2015

Relativamente ao domínio dos serviços básicos, os mesmos são descritos no ponto vii deste documento.

v. Sustentabilidade e clima. Nesta área da sustentabilidade ambiental o maior desafio que o TI enfrenta é o das alterações climáticas, assumindo uma relevância estratégica todas as intervenções proativas de mitigação e de adaptação (Plano Intermunicipal de adaptação às alterações climáticas do Alentejo Central, 2018). No TI destaca-se a necessidade de promover um uso mais racional do recurso água, impondo uma maior intensidade de incorporação de conhecimento e a sua consagração enquanto centralidade da EREI do Alentejo. Com efeito, na Região Alentejo, a dimensão das alterações climáticas está relacionada com o aumento da temperatura e a diminuição da pluviosidade, com relevância para a questão da água, a eficiência da sua utilização e o conhecimento e monitorização das reservas e necessidades hídricas. A vulnerabilidade do território exige que a adaptação às alterações climáticas em particular devido à escassez de água e desertificação; a região Alentejo é o território do país com maior vulnerabilidade à desertificação, com solos de fraca capacidade de retenção de água (PO Alentejo 2030). A aridez dos solos, a baixa ocupação populacional, o povoamento disperso e o envelhecimento, contribuem para o abandono das terras agravadas pela desertificação que acentuam os riscos de incêndios rurais. As alterações climáticas provocam alterações na rede hidrográfica regional, subida da temperatura da água, variação da precipitação, cheias e inundações. A reavaliação progressiva dos modelos de produção intensiva e de multifuncionalidade é considerada um imperativo estratégico; trata-se de um domínio com um amplo espaço de capacitação e de complemento da estratégia de atração de investimentos para o TI. Relativamente aos passivos ambientais associados às atividades extrativas estes têm ganho relevância no contexto do TI face à multiplicação de espaços carentes de estratégias de recuperação e a uma maior sensibilização para os impactos destes passivos.

vi. Transição energética e digital

Na região Alentejo verificam-se ainda baixos níveis de oferta e procura de serviços públicos digitais. Importa assim reforçar o investimento em novas respostas por parte dos serviços públicos locais e desconcentrados, para melhorar a competitividade regional, reduzir a burocracia e as ineficiências da gestão pública. A região regista também níveis de acesso à internet de banda larga mais baixos do país, debilidades de conectividade, redes e literacia digital num contexto de envelhecimento (PO Alentejo 2030). Nos principais centros urbanos o desempenho é próximo da média nacional, mas nos territórios rurais o serviço é insuficiente e o acesso mais lento, num contexto de aglomerações dispersas. É, pois, importante reduzir estas lacunas digitais e melhorar o acesso aos serviços e necessário maior investimento nas infraestruturas digitais de maior capacidade, sobretudo nas zonas rurais e pouco povoadas com maiores lacunas de conectividade. O reforço da conectividade digital constitui fator de coesão territorial, inclusão e de atração populacional, nomeadamente no acesso aos serviços e no aproveitamento das oportunidades do trabalho não presencial, com qualidade de vida, tranquilidade e segurança, dando condições para reforçar a rede regional de espaços de coworking/teletrabalho, contribuindo para a revitalização da região nos domínios demográfico e económico.

Em termos de eficiência energética a região apresenta uma reduzida taxa de eficiência nos edifícios públicos e nos fogos de habitação social; esta situação dificulta o cumprimento das metas nacionais e comunitárias em matéria de redução do uso de combustíveis fósseis e emissão de gases efeito estufa (GEE). Em termos gerais, o desempenho térmico e energético dos edifícios está relacionado com as condições e características, o envelhecimento natural dos materiais e falta de manutenção e o estado e rendimento dos sistemas energéticos. Neste sentido o PO Alentejo 2030 consagra a promoção da eficiência energética e a redução das emissões de gases com efeito estratégico como um objetivo específico a atingir.

vii. Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil

No TI multiplicam-se as entidades associativas e recreativas em cada um dos concelhos existindo a par delas várias estruturas culturais e de defesa do património. Para além da rede da administração

publica local e Comunidade Intermunicipal o TI dispõe de uma rede de estabelecimentos de ensino e de saúde que cobre as necessidades da região, embora de forma deficitária sobretudo na cobertura da rede de serviços de saúde e de profissionais da saúde. Por essa razão o PO Alentejo 2030 consagra como prioridade específica garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, considerando os serviços de saúde como instrumentos de coesão social e territorial. Constitui igualmente uma oportunidade o facto do PO Alentejo 2030 incluir como prioridade específica a mobiliza o do programa nacional Estrutura de Missão Portugal Inova o Social, que favorece a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discrimina o e a participa o ativa, continuando a promover parcerias intersectoriais e de proximidade aos territórios, criando ambientes favoráveis ao empreendedorismo social.

5. Desafios da EDL

Ancorada em diagnósticos realizados de forma participada em sessões de focus group temáticos, a EDL pretende responder a vários desafios identificados por domínios estratégicos a que são alocadas medidas, tipologias de a o, resultados e definidas metas. Atendendo aos pontos fracos e às ameaças que se colocam ao TI do Gal Alentejo Central, os desafios que se colocam são diversos. A valoriza o dos recursos endógenos do território, onde assume principal destaque o montado como elemento marcante da paisagem e que importa valorizar este sistema na sua plenitude, conservando a sua riqueza ambiental e aproveitar os produtos de qualidade (as fileiras da cortiça; da vinha e do vinho; do agroalimentar; e do azeite). A estratégia deve responder ao reforço da identidade territorial, para enfrentar o despovoamento intenso das áreas mais rurais, e com ele o desaparecimento de alguns aglomerados com menor dimensão, o que se traduz na perda de caráter e identidade da paisagem. A conserva o do património histórico e cultural aliada aos produtos de qualidade referidos anteriormente, beneficiam a atratividade do território e potenciam o sector do turismo, em particular os segmentos do turismo ativo e de natureza, gastron mico e cultural, afirmando-se como alternativa ao turismo de massas. A requalifica o e sobretudo a valoriza o dos ativos do território deve contribuir para reverter o processo de despovoamento e envelhecimento demográfico do TI nomeadamente pela dinamiza o de medidas de atratividade e fixa o de famílias e jovens, constituindo esta um desafio transversal a EDL. Os recursos humanos pouco qualificados, e a pequena dimensão e densidade do setor empresarial local, encerram em si o problema da falta de competitividade da economia do território, com fraca iniciativa empreendedora e de inova o. Assim, coloca-se como outro desafio a valoriza o do empreendedorismo e da inova o, através da liga o aos centros de conhecimento, de forma a incentivar a cria o de emprego em áreas emergentes, como sejam as relacionadas com o património cultural, turismo e as relacionadas com a agricultura e sector agroalimentar para as quais a região dispõe de coeficientes de localiza o e de produtividade significativos. O desenvolvimento de iniciativas que conduzam   ado o de uma cultura empreendedora pelas empresas e organiza es do TI constitui um passo fundamental para este desafio, devendo aos vários níveis da EDL serem desenvolvidas a es que compreendam a capacita o para o desenvolvimento de iniciativas empresariais e obriguem a modelos de gestão que promovam a coopera o, o associativismo, o trabalho em rede, e o desenvolvimento de respostas público-privadas. As fragilidades e ameaças identificadas a nível da coesão e governa o local colocam desafios adicionais a que a EDL responde com a mobiliza o de novas oportunidades de emprego para os jovens e com o desenvolvimento de a es para a inclusão social e combate   pobreza, apostando fortemente na implica o das organiza es locais na responsabiliza o pelo desenvolvimento de respostas locais e respetivos resultados, promovendo a liga o da coesão social e econ mica, e incentivando o desenvolvimento de um território solidário, inclusivo e sustentável.

A Estratégia de Desenvolvimento Local para o território de interven o, parte da análise SWOT, e concorre para os processos de desenvolvimento local e de diversifica o e competitividade de base rural (abordagem LEADER), conforme o previsto no Preâmbulo do Concurso n.  2/Opera o 10.1.1/2023 de 23-05-2023. A EDL do GAL Alentejo Central, assenta nas prioridades de investimento que correspondem às medidas estruturantes, conforme se apresenta:

1: Valoriza o dos recursos do território e atividades ligadas ao ecossistema do montado –
Assenta na valoriza o do sistema socio-ecológico do montado, entendido como o elemento

patrimonial distintivo do território, considerando prioritário a sua preservação e gestão equilibrada. Reconhece também a importância da pequena agricultura para a criação de emprego, para a manutenção da paisagem e dos ecossistemas e para a preservação da cultura e identidade local. Considera relevante o crescimento da procura pelos produtos agroalimentares locais, de reconhecida qualidade e excelência. Compreende a valorização dos ativos físicos e imateriais do território de intervenção, como sejam a pequena agricultura tradicional com forte ligação ao montado, e que concorrem para reforço da segurança alimentar; as atividades agrícolas necessárias à sustentação do ecossistema (economia verde), a valorização dos produtos locais, das cadeias de transformação agroalimentar, e das atividades que concorram para a organização da oferta local e promoção de redes de comercialização, com especial atenção para os circuitos curtos de comercialização já existentes e a incentivar. Esta linha de intervenção compreende também o incentivo a pequenos investimentos nas explorações agrícolas que concorram para a melhoria da produtividade, o desenvolvimento de atividades de suporte técnico e de apoio aos agricultores, incentivo à respetiva organização coletiva e desenvolvimento de estruturas comuns para a comercialização e transformação. Este objetivo específico articula-se com os enfoques temáticos relativos à valorização dos recursos endógenos do território e ao apoio às cadeias de valor ligadas aos setores da cortiça, agroalimentar, do vinho e azeite. Estas medidas concorrem para o Resultado R9 Modernização das explorações agrícolas, R10 Melhor Organização da cadeia de abastecimento, R15 Energia Renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis (...) e R18 Apoio ao investimento no setor florestal. Para estes concorrem as necessidades principais e complementares identificadas no Quadro n.º 3.

2. reforçar a identidade territorial –Baseia-se na perspetiva que a identidade do território de intervenção está fortemente ligada ao património, à paisagem, ao edificado, ao monumental, e à ruralidade. O valor da ruralidade, entendida como um certo modo de vida que representa uma fruição do tempo e do espaço, para o qual também concorre a organização do espaço, a arquitetura, os elementos culturais da região, a pronúncia, a gastronomia, entre outros. Considera-se que a ruralidade e a existência de elementos patrimoniais de elevada diversidade e qualidade têm contribuído para a definição do produto turístico rural. Reconhece-se que têm sido estes fatores, a par da excelência dos produtos locais, que tem contribuído para o crescimento da procura e diversificação da oferta e cadeia de valor do produto turístico da região (alojamento, restauração, animação). Nesta linha de intervenção considera-se que as atividades de turismo rural, devem assentar na recuperação e valorização do património rural, material e imaterial, devendo ser incentivada a integração de atividades culturais e de animação que contribuam para a divulgação da memória coletiva. As atividades a apoiar devem concorrer para a melhoria da qualidade dos serviços prestados nas unidades existentes, e para a estruturação de produtos integrados como seja a dinamização de redes de oferta integrada assente em ativos do património rural da região. Consideram-se ainda importantes intervenções em segmentos específicos de procura nomeadamente na área do turismo natureza, do enoturismo e gastronomia, áreas particularmente identitárias do território de intervenção. Deverão ser valorizadas as intervenções que favoreçam complementaridades e sinergias, e que contribuam para o desenvolvimento de (novos) modelos de gestão e animação (e recriação) do território, na área da indústria cultural, nomeadamente com o envolvimento de diferentes agentes e população local.

As medidas apresentadas articulam-se com o enfoque temático da valorização do património natural, histórico e cultural, em que assenta o setor do turismo, nomeadamente, o turismo rural, turismo ativo e de natureza, enoturismo, turismo gastronómico e cultural e com o incentivo à economia circular, à digitalização e eficiência energética no âmbito dos sistemas produtivos locais. Aquelas medidas concorrem para o resultado R.39 desenvolver a economia rural e respondem a necessidades principais e complementares identificadas no Quadro n.º 3.

3 Valorização do empreendedorismo e da inovação em contexto local - Centra-se na ideia de que a inovação deve basear-se nas competências e conhecimentos acumulados no território e de que é importante desenvolver uma cultura empreendedora que deve constituir uma prioridade de

intervenção transversal, a reforçar no território de intervenção. Considera-se que existe uma diversidade de estruturas de apoio ao empreendedor no território que importa articular para favorecer as oportunidades de investimento, nomeadamente pela integração e desenvolvimento de uma rede em meio rural a partir das estruturas de apoio ao investimento existentes nos municípios. Considera-se prioritário o desenvolvimento de um diretório de conhecimento dirigido ao empresário, estruturado a partir dos centros de formação e emprego, Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia (PACT) e da Universidade de Évora, em articulação com rede de estruturas de apoio ao investimento, municipais. Este diretório de conhecimento, prestaria apoio técnico em áreas de transferência de tecnologia, controlo de qualidade, comercialização e promoção, entre outros, contribuindo para uma maior competitividade das empresas locais. Reconhece-se a importância de desenvolver mecanismos de apoio e promoção da empregabilidade em articulação com os sistemas produtivos locais, por forma a concorrer para o aumento do emprego. Para este fator concorre também o desenvolvimento de sistemas de formação e aprendizagem que partindo de uma maior ligação entre escolas e empresas, reforcem os valores empreendedores individuais (e coletivos) em particular dos mais jovens, favoreçam o desenvolvimento de autonomia e da iniciativa individual. Reconhece-se a necessidade de incentivar o desenvolvimento de uma oferta local relacionada com a indústria do turismo, nomeadamente na área da animação, produção de conteúdos culturais, comunicação, design e produção gráfica. Reconhece-se a emergência de novas atividades relacionadas como a renovação urbana local, a produção local de energia, reciclagem, entre outras, a par do desenvolvimento de novas formas de empresas na área da economia social, e que constituem respostas locais a necessidades locais e que deverão ser perspectivadas também como oportunidades para reforçar o emprego no território de intervenção.

Este objetivo específico articula-se com o enfoque temático potenciar o conhecimento através de uma ligação mais estreita entre empresas, instituições de ensino e centros de investigação, favorecendo a inovação tecnológica. Estas medidas contribuem para o resultado R37 crescimento e emprego nas zonas rurais e R40 Transição inteligente da economia rural e, bem assim no âmbito do FEDER a mobilizar no âmbito do PO Alentejo 2030. Derivam de necessidades principais como sejam a PTOEN1, promover abordagens de desenvolvimento local e de necessidades complementares como COE7N5 aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais.

4. Promover a coesão social - Baseia-se na perspetiva de que o desenvolvimento territorial deverá fomentar a articulação entre a coesão (social) e competitividade (económico). Reconhece-se que os processos de desenvolvimento sócio comunitário e o associativismo devem ser incentivados e estimuladas as solidariedades sociais, como fatores imprescindíveis e fundamentais para o crescimento e competitividade do território. Considera-se que devem ser estimulados processos de articulação (redes) para maximização da utilização dos equipamentos sociais nomeadamente pelo incentivo ao associativismo e organização de respostas coletivas. Defende-se a dinamização de uma rede de pontos focais para a inovação social acionando os mecanismos disponíveis nas Redes Sociais dos concelhos do território. Reconhece-se a emergência de necessidades ligadas a grupos sociais específicos para as quais é necessária uma oferta integrada. Verifica-se a necessidade de reforçar as redes de serviços de apoio pessoal de proximidade; a estruturação desta oferta deverá concorrer para a criação de empresas e emprego local que resulte, nomeadamente, de contratos de inserção. Considera-se que na perspetiva da inovação social deve ser estimulada a relação entre as empresas e o tecido social que as envolve. Defende-se para o território a criação de um fundo para o desenvolvimento do empreendedorismo social; deve basear-se na responsabilidade social das empresas orientada para o apoio a projetos locais de inovação social; o desenvolvimento deste fundo deve contribuir para reforçar a visão e a capacidade de transformação, das organizações do território. Estas medidas articulam-se no enfoque temático que visa incentivar modelos de gestão que promovam a cooperação, o associativismo e o trabalho em rede. As medidas identificadas contribuem para o resultado R37 crescimento e emprego nas zonas rurais: novos empregos criados no âmbito de projetos da PAC, e bem assim no âmbito do FEDER e FSE+ a mobilizar no âmbito do PO Alentejo

2030.; e R41 Interligar a Europa rural(...) Para os resultados a atingir há necessidades principais e complementares conforme o descrito no Quadro n.º 3.

5 Incentivar a cooperação e a governança local - Centra-se na ideia de que a cooperação é um processo fundamental para enfrentar os desafios económicos e sociais que se colocam ao território de intervenção. Cooperação institucional, cooperação para responder a estratégias de mercado, cooperação para dar resposta a necessidades sociais, cooperação para o desenvolvimento. A cooperação deve ser incentivada e deve encontrar adequados suportes na estratégia territorial. Reconhece-se a notoriedade e experiência das organizações do território no domínio da cooperação territorial e institucional. Considera-se importante incentivar a cooperação entre a universidade, centros de conhecimento e de investigação, e o tecido empresarial, de forma a potenciar a inovação e experimentação. Considera-se importante o desenvolvimento de processos associativos e de cooperativas para responder a problemas sectoriais comuns, nomeadamente nas áreas da comercialização e promoção. Reconhece-se que a cooperação nas suas várias formas rompe com barreiras culturais, sociais, e institucionais, reforça e valoriza as organizações, aumenta a capacidade de diálogo, melhora a coordenação entre atores e uma maior integração de instrumentos de política, isto é, concorre para aumento da governança local do território de intervenção. No mesmo sentido, também a dinamização da parceria do GAL e da rede dos outros GAL da região Alentejo e da Federação Portuguesa de ADL-Minha Terra, concorrem para reforçar a governança local.

As áreas identificadas articulam-se no enfoque temático da inovação social e governança local através da implicação das organizações locais na co-responsabilização nas respostas e respetivos resultados, promovendo a articulação entre os tecidos económico e social, e incentivando o desenvolvimento de um território solidário, inclusivo e sustentável. Estas medidas contribuem para o resultado R37 crescimento e emprego nas zonas rurais: novos empregos criados no âmbito de projetos da PAC, e bem assim no âmbito do FEDER e FSE+ a mobilizar no âmbito do PO Alentejo 2030, e para R39 Desenvolver a economia rural. Para os mesmos concorrem necessidades principais e complementares identificadas no Quadro n.º 3.

As linhas de desenvolvimento apresentadas cruzam-se e evidenciam sinergias e complementaridades. A EDL agrega e assenta numa VISÃO: Alentejo Central, território gerador de riqueza e de bem-estar, solidário e inclusivo. O Objetivo Geral da EDL é o de contribuir para o aumento da riqueza e do bem-estar gerados, e para a promoção da inclusão e coesão social, na região Alentejo Central, até 2030.

6. Identificação das reuniões tendo em vista a elaboração da EDL

A elaboração da **EDL2030 – O Local + Próximo** ocorreu a par da renovação da parceria territorial. Iniciou-se em Outubro de 2022 com a elaboração de 4 diagnósticos sectoriais sobre o Turismo Rural, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Novas formas de organização e economia circular e, Inovação Social. Os mesmos desenvolveram-se junto de organizações especialistas nos referidos domínios na região, a saber: Entidade Regional do Turismo (ERT), Direção Regional da Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL), Herdade do Freixo do Meio (HFM) com sede em Montemor-o-Novo e com a Fundação Eugénio de Almeida (FEA) com sede em Évora. Participaram nestas oficinas 61 entidades e 91 participantes. As referidas oficinas realizaram-se entre Março e Abril de 2021 das quais resultaram 4 matrizes SWOT que foram posteriormente agregadas e divulgadas junto dos participantes. Entre Maio e Junho houve lugar à realização de reuniões individuais e presenciais com os 10 Municípios da Zona de Intervenção. Posteriormente houve também oportunidade para realizar 4 reuniões com os parceiros do GAL Alentejo Central; as mesmas decorreram via plataforma Zoom e contaram com a participação de 31 parceiros. Seguiram-se reuniões com novas organizações cuja participação se revelou muito importante para a diversificação das áreas de interesse da parceria territorial, conforme se pode observar nos Quadros n.º 1 dos Anexos. Foi ainda realizado o Encontro 2030 – Desafios e Agentes de Desenvolvimento Local o qual foi dedicado à apresentação de percurso formativo dirigido aos jovens; participaram no evento 13 organizações e 29 participantes. As evidências destas sessões constam do Anexo Q6-Evidências a este documento. O Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia (PACT) com sede em Évora pelo contributo que trás para a ligação

do conhecimento científico ao tecido empresarial da região; a MAKENOISE com sede em Montemor-o-Novo, por se tratar de uma associação de jovens com trabalho demonstrado no campo da animação juvenil; Cooperativa Integral Minga (CIM) com sede em Montemor-o-Novo pelo exemplo da sua organização em termos de integração de várias atividades que concorrem para o desenvolvimento de uma economia circular. Os convites endereçados a estas organizações foram aceites, tendo as mesmas contribuído para a revisitação da matriz SWOT do TI. Houve ainda lugar a uma reunião com a Terra May, lda que veio a formalizar a sua adesão e contribuiu para a diversificação dos representantes do sector agrícola, tendo em conta a sua importância no concelho do Alandroal. Dada a importância da diversidade dos setores houve ainda lugar à adesão de vários parceiros, designadamente da Herdade do Freixo do Meio pela importância que assume na defesa do montado, e da IDVELIT pequena empresa industrial de cosméticos, ambas com sede em Montemor-o-Novo, entre outras entidades conforme é identificado no Quadro n. 1 dos Anexos. Embora nem todos os novos parceiros tenham participado nas diferentes atividades de dinamização da parceria, são organizações com as quais o Monte mantém proximidade no desenvolvimento de atividades além do DLBC.

Apoiado na SWOT foi promovida a apresentação da EDL no dia 13 de Julho, numa reunião aberta a todos os parceiros. A reunião com a participação de 30 organizações e 39 participantes. Neste encontro foi possível a discussão da proposta de EDL bem como a apresentação das oportunidades abertas para os diferentes sectores pelo Programa Operacional (PO) Alentejo 2030, perspetivando a mobilização de fundos FEDER e FSE+ pela EDL. A composição da parceria em que assenta o GAL Alentejo Central é composta por vários representantes dos interesses socioeconómicos locais, privados e públicos, sem controlo da tomada de decisões por nenhum grupo de interesse. Com a integração dos novos parceiros registou-se a inclusão de novos setores tais como o sector cooperativo, as associações juvenis, a investigação e desenvolvimento, o apoio às empresas, conservação do montado, indústria, entre outros, além de que a parceria conta com a única agência de desenvolvimento regional do país. A verificação destes dados pode ser vista no Quadro n.º 2 dos Anexos à memória justificativa bem como no ficheiro anexo Acordo de Parceria 2014-2020.

7. Articulação da EDL com as diferentes estratégias regionais e sub-regionais

O processo participativo de construção da EDL contribuiu para o alinhamento das linhas estruturantes aos desafios colocados pela preparação do quadro de referências nacional (e europeu) na área das políticas públicas para o desenvolvimento. A construção da EDL do GAL Alentejo Central assegurou a aderência às dinâmicas de política e de reflexão já alcançadas no território numa perspetiva sustentada do desenvolvimento. As linhas estruturantes da EDL resultam dos trabalhos de avaliação da intervenção de desenvolvimento local, do diagnóstico e mapeamento de oportunidades realizados no âmbito dos vários grupos temáticos identificados que deram origem à SWOT; das necessidades locais constantes nos 10 planos de desenvolvimento social; das intervenções estratégicas do Plano Estratégico do Turismo 2027. O objetivo global e os 5 específicos da EDL estão alinhados e concorrem para a EREI da CCDR Alentejo(2030) que assenta na valorização da identidade do Alentejo, representada pela sua herança cultural, pela valia ambiental e pelo aprofundamento das relações urbano-rurais, potenciadas pela inovação, com vista à criação de novas dinâmicas de desenvolvimento económico e de emprego e à melhoria das existentes, num quadro de sustentabilidade e de qualidade de vida dos cidadãos. O património (natural e cultural) e o ambiente são elementos estruturantes da EREI, com carácter transversal aos domínios de especialização identificados: Alimentação e Floresta, Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais; Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo; Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente e Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social.” Estes domínios são os considerados pela EDL, situação que concorre para os resultados e o impacto da EDL.

Já no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2030, a EDL apresenta uma correlação com as prioridades do programa a saber: Alentejo + Competitivo e Inteligente; Alentejo + Verde; Alentejo + Social e Inclusivo; Alentejo + Inovação social; e Alentejo Territorialmente + Coeso. A EDL concorre para os Objetivos Específicos do PO Alentejo 2030, nomeadamente, para RSO1.3 Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME (...); RSO2.6 Promover a transição para uma

economia circular e eficiente na utilização dos recursos; RSO4.6 Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social na inovação social; RSO4.8 Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa (...); e RSO5.1 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental, integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável (...).

A EDL concorre para a Visão da Estratégia Integrada de desenvolvimento Territorial da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC) que se transcreve: “O Alentejo Central será, em 2030, um território reforçado em termos de capital humano e social e no posicionamento no contexto regional alargado, afirmando-se por um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, socialmente equilibrado e com uma economia crescentemente baseada no conhecimento e tecnologia e nos recursos endógenos culturais e naturais”. O GAL está integrado na NUT III Alentejo Central que compreende a CIMAC. O TI do GAL representa 10 dos 14 municípios agrupados na CIMAC, o equivalente a 73% do território e 87% da população residente. Esta representatividade contribui para a articulação das estratégias de desenvolvimento, observando-se níveis de operacionalização e contratualização diversos. A integração no Conselho Estratégico da CIM e a participação da CIMAC no OG do GAL, é fundamental para a definição de articulação nomeadamente por tipologias de beneficiários e/ou patamares de investimento, nas áreas de intervenção onde se verifica a mobilização de tipologias de ação idênticas. A articulação da EDL com a EIDT da CIMAC é muito ampla. O objetivo estratégico (OE)1 da EIDT é o de antecipar os efeitos das alterações climáticas e promover a descarbonização do Alentejo Central (AC) e cruza-se com os Objetivos Específicos da EDL; OE2 da EIDT visa afirmar o AC como um território organizado e acolhedora, para viver assente na preservação e salvaguarda de valores patrimoniais e culturais, de que Évora Capital Europeia da Cultura 2027 é um exemplo. Este OE cruza-se com o Objetivo Específico n.2 da EDL o qual visa reforçar a identidade territorial. Já o OE3 da EDL concorre para o OE3 da EIDT que visa estimular a transição para uma economia inteligente, circular e integradora de sistemas produtivos baseados em recursos endógenos de que se destacam as atividades associadas ao setor agro-florestal (vinho, montado e olivicultura), ao património natural e cultural, às atividades artísticas e criativas e ao turismo (ecoturismo e turismo de natureza e rural). Já os OE4 assegurar o bem-estar a todos os cidadãos e eliminar focos de exclusão social; e OE5 Capacitar as instituições e as pessoas e aprofundar a cooperação territorial, articulam-se com os objetivos específicos 3, 4 e 5 da EDL.

8. Áreas de intervenção da EDL que pretendem ver mobilizadas através do PEPAC.

Apresenta-se no Quadro n.º 3 as áreas de intervenção da EDL e a sua articulação com necessidades principais e complementares, bem com os resultados a atingir, sendo que as metas serão quantificadas em função do orçamento disponível, situação que só será possível determinar na segunda fase da operacionalização do DLBC Rural.

Quadro n.3				
Objetivo Geral: Contribuir para o aumento da riqueza e do bem estar gerados e para a promoção da inclusão e coesão social, na região Alentejo Central, até 2030				
Enfoque temático	Objetivos	Território de Intervenção		Resultados e Percentagem de Alocação de verbas FEADER (%)
		Necessidades Principais	Necessidades Complementares	
1 - Recursos do território e atividades ligadas ao ecossistema do montado	1.1 - Valorização dos Recursos Endógenos do território	COE8N1: Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar	COE6N4: Melhorar os habitats associados aos sistemas agrícolas e florestais para promover o estado de conservação dos valores naturais de biodiversidade	R.9 Modernização das explorações agrícolas (25%)
		COE8N3: Promover abordagens de desenvolvimento local integrado	COE6N5: Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais	R.15 Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW) (5%)
		COE8N5 - Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer	PTOE4N2 - Melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas e florestais e da agroindústria	R.18 Apoio ao investimento no setor florestal: valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal (5%)
	1.2 - Promoção das Cadeias de Valor e economia circular	COE8N4: Incentivar a Bioeconomia e a economia circular	PTOE4N1 - Aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícolas e florestais aos impactos das alterações	R.10 Melhor organização da cadeia de abastecimento (10%)
2 - Identidade territorial	2.1 - Promoção do Património natural, histórico e cultural	COE8N2 - Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores	COE9N5: Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica	R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC (15%)
3 - Empreendedorismo e inovação em contexto local;	3.1 - Reforço da Capacitação (potenciar conhecimento)	COE8N3 - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais)	COE7N5 - Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais	R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC (5%)
	3.2 - Estimulo à Inovação Empresarial			R.40 Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas (5%)
4 - Coesão social e territorial;	4.1 - Promover a Inclusão e Inovação Social	COE8N3- Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais)	COE7N5 - Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais	R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC (5%)
		COE8N7 - Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros	COE9N8 - Melhorar a comunicação junto da sociedade sobre o papel dos agricultores e produtores florestais enquanto agentes na gestão do território e catalisadores de práticas agrícolas e florestais sustentáveis na utilização dos recursos naturais e benéficas para o clima	R.41 Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC (5%) R.42 Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados (10%)
5 - Cooperação e governança local.	5.1 - Dinamização de Redes locais, regionais e suprarregionais	COE8N3 - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais)	PTOTN2 - Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos	R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC (5%)
			PTOTN3 - Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores	R.39 Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC (5%)

9. Plano de Ação

Apresenta-se no quadro nº 4 o Plano de Ação para a implementação das medidas a mobilizar no âmbito do regulamento FEADER.

EDL 2030 Alentejo Central: O Local + Próximo			Quadro n. 4
Objetivo Geral: Contribuir para o aumento da riqueza e do bem estar gerados e para a promoção da inclusão e coesão social, na região Alentejo Cent			
Enfoque temático	Objetivos	Ações	Resultados e Alocação de verbas FEADER (%)(*)
1 - Recursos do território e atividades ligadas ao ecossistema do montado	1.1 - Valorização dos Recursos Endógenos do território	1.1.1 Apoio à Agricultura Familiar (organização da produção e interação em mercados locais) 1.1.2. Adaptação às alterações climáticas e gestão de recursos hídricos: Floresta Mediterrânea Multifuncional	R.9; R.15; R.18 35%
	1.2 - Promoção das Cadeias de Valor e economia circular	1.2.1. Transformação e diversificação 1.2.2. Comercialização e promoção (nacional e internacional) 1.2.3. Circuitos Curtos Agroalimentares (CCAA) 1.2.4 Atratividade das zonas rurais: capital humano 1.2.5. Economia Circular	R.10 10%
2 - Identidade territorial	2.1 - Promoção do Património natural, histórico e cultural	2.1.1. Património natural, histórico e cultural 2.1.2. Produto turístico rural (novos) 2.1.3. Digitalização e eficiência energética no âmbito dos sistemas produtivos locais	R.39 15%
3 - Empreendedorismo e inovação em contexto local	3.1 - Reforço da Capacitação	3.1.1. Conhecimento em Rede: empresas, ensino, centros de investigação	R.37 5%
	3.2 - Estimulo à Inovação Empresarial	3.1.2. Investigação e desenvolvimento em áreas estratégicas como agrícola 3.1.3. Inovação tecnológica e de serviços: animação, produção de conteúdos culturais, comunicação, reciclagem; bem como na área agrícola 3.1.4. Resposta locais a necessidades locais	R.40 5%
4 - Coesão social e territorial	4.1 - Promover a Inclusão e Inovação Social	4.1.1. Cooperação Institucional 4.1.2. Associativismo 4.1.2. Trabalho em Rede	R.37; R.41; R.42 20%
5 - Cooperação e governança local	5.1 - Dinamização da Parceria Territorial da EDL 2030 Alentejo Central: O Local + Próximo	5.1.1. Reuniões da PT 5.1.2. Reuniões do OG da PT 5.1.3 Reuniões GAL Alentejo 5.1.4 Reuniões FMT 5.1.5. Reuniões/Sessões de Informação e Reflexão no TI	R.37; R.39 10%

(*) As Metas serão identificadas na Fase 2 conforme o descrito no preâmbulo do concurso nº2/Operação 10.1.1/2023